

**"POR NÃO SER ESTADUAL" OU RELATÓRIO
CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO
E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA
KANTARURÉ**

**Sheila dos Santos Brasileiro e
José Augusto Laranjeiras Sampaio**



foto 1

Brasília, março de 1996

Este trabalho constitui, em sua versão original, o relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Kantaruré, determinadas pela Portaria 1077/95 da Presidência da FUNAI. A presente versão, apenas ligeiramente modificada e acrescida dos anexos 4 e 5, foi apresentada à Quinta Reunião de Antropologia do Norte e Nordeste, promovida pela ABA (Associação Brasileira de Antropologia), em Recife, em maio de 1997, no Grupo de Trabalho "História e Política Indígenas no Nordeste", coordenado por José Augusto Laranjeiras Sampaio.

TERRA INDÍGENA: Kantaruré
POVO INDÍGENA: Kantaruré
LOCALIZAÇÃO: Glória - BA
EXTENSÃO: 1.695 ha
POPULAÇÃO: 244 (outubro/95)

**"A comunidade reunida
É a força do povo
Vamos levar a Jesus
De aberto o coração
Nós já somos uma corrente
Todos nós competentes
É o caminho da união**

**Eu digo pra meu povo
Não fique triste assim
Lutar com fé e verdade
Que isso não é ruim
Todos nós no caminho
Com amor e carinho
A nossa luta não tem fim**

**Eu digo ao pajé
E ao cacique também
Vamos levar o respeito
Que não faz mal a ninguém
Todos na fraternidade
Lutar com fé e verdade
Nosso direito vem**

**Eu digo pra meu povo
Não fique desconfiado
A lutar pelos direitos
E cultura respeitados
Todos nós já sabemos
Que o nosso reconhecimento
Está na mão do delegado**

**Jesus é nosso irmão
E Deus é nosso pai
A luta pelos direitos
Com toda justiça vai
A prefeitura não existe
Para que nada pratique
O caminho nosso é a FUNAI**

**Nossa aldeia é uma tribo
Com nome Kantaruré
Todos nós seguimos a luta
Com essa grande fé
Nós já temos liderança
Que resta confiança
Cacique e pajé**

**As lideranças reunidas
Têm que prestar muita atenção
Para conversar com o povo
Primeiro faz reunião
Pra seguir tudo correto
E manobrar tudo certo
É a boa administração**

**Sou um jovem inteligente
Luto com fé e verdade
Eu levo meu respeito
Nessa comunidade
Eu digo pra os irmãos
Não leve nada em vão
Vamos todos na verdade**

**O índio é federal
O índio é federal
Ele tem todos direitos
Por não ser estadual"**

(Marcos Kantaruré, 1995)

SUMÁRIO

- 1 - Apresentação
- 2 - Antecedentes Históricos
- 3 - Etnografia
 - 3.1 - A Ocupação do Espaço: História Oral Kantaruré
 - 3.2 - A Batida
 - 3.3 - As Pedras
 - 3.4 - Economia
 - 3.5 - Relações com a Sociedade Envolvente
- 4 - Identificação e Delimitação
- 5 - Levantamento Fundiário
- 6 - Resumo
- Referências Bibliográficas
- Anexos

1 - Apresentação

Este relatório é o resultado do trabalho antropológico desenvolvido para identificação e delimitação da Terra Indígena Kantaruré, em cumprimento à Portaria 1077, de 02 de outubro de 1995, da Presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

O órgão federal de assistência ao índio dispõe de informações sobre os Kantaruré -que vivem no município de Glória, região do submédio rio São Francisco, Bahia- desde aproximadamente os meados da década de oitenta, através dos seus vizinhos Pankararé e da administração regional do órgão na cidade de Paulo Afonso. Anteriormente ao presente trabalho, o grupo foi objeto de um breve estudo de identificação, realizado para a FUNAI por Brito (1990).

O Grupo Técnico criado pela supra citada Portaria se constituiu, além dos antropólogos responsáveis pelo presente relatório, pelo engenheiro agrimensor Élder Nascimento, do Instituto de Terras da Bahia (INTERBA), e pelo técnico em agrimensura Adelino de Souza, da FUNAI, responsáveis pela elaboração do mapa e da descrição de limites que acompanham este, e pelo técnico agrícola Pedro Balbino Ferreira, da FUNAI, responsável pelo levantamento fundiário das ocupações de não-índios sobre o território aqui identificado e delimitado.

Os trabalhos de campo decorreram nos meses de outubro e novembro de 1995 e contaram com apoio logístico da Administração Regional da FUNAI, em Paulo Afonso, e com a decidida participação e colaboração de todos os Kantaruré, aos quais agradecemos aqui através do seu cacique Manu, do seu pajé Juraci, do conselheiro João de Lero e dos senhores Lero e Arcelino, memórias vivas, respectivamente, das aldeias da Batida e das Pedras.

O texto que se segue busca a caracterização histórica e etnográfica do grupo em seus dois capítulos iniciais -2 - "Antecedentes Históricos" e 3 - "Etnografia"-, para empreender, em seguida, ao laudo de "Identificação e Delimitação" propriamente dito (capítulo 4) e a comentários sobre o "Levantamento Fundiário" (capítulo 5). Um "Resumo" (capítulo 6) foi incluído posteriormente -dezembro de 1996- para ordenação das informações no formato estabelecido pela Portaria 014, de 09 de janeiro de 1996, do Ministério da Justiça (em anexo).

2 - Antecedentes Históricos

A história da conquista do grande vale do São Francisco pode ser contada partir de meados do século XVII, quando se acentua a penetração de uma frente pastoril pelo Sertão nordeste do atual Estado da Bahia, empreendida predominantemente pela "dinastia" dos Garcia d'Ávila, senhores da "Casa da Torre" e de vastos territórios desde as proximidades da baía de Todos os Santos até o rio São Francisco. Na mesma época se inicia a penetração missionária, sobretudo de jesuítas, na região. Os conflitos entre os padres, na defesa dos seus aldeamentos, e os Garcia D'Ávila são importantes e bem conhecidos ¹.

Pouco se sabe, porém, sobre as nações indígenas que ocupavam este território. Certamente tratava-se de muitas pequenas etnias, boa parte delas relacionada com a família linguística Kariri, embora a escassez dos dados hoje disponíveis não permita avaliações conclusivas para a maioria dos casos, na imensa diversidade e imprecisão das denominações étnicas conhecidas, sobretudo na área do curso do submédio São Francisco, uma faixa de concentração de diversos grupos², pela possibilidade, única na região, da prática de uma agricultura permanente na várzea. Também aí se concentraram os aldeamentos missionários, que, em seu auge, na primeira metade do século XVIII, chegaram a algumas dezenas.

Em 1698, cinco léguas acima da Cachoeira de Paulo Afonso, em local denominado Curral dos Bois, junto à margem baiana do São Francisco, fundaram os jesuítas uma destas missões. Desconhece-se a sua composição étnica original, mas é possível que, como muitas outras, reunisse mais de uma etnia, facilitando, deste modo, o trabalho de imposição do catolicismo e da língua portuguesa. Por outro lado, é também bastante provável que haja aí predominado a etnia que nas fontes históricas aparece denominada como Pancararu, Pancaru, Brancararu ou Caruru³, esta última, por sinal, designação de uma outra aldeia, fundada também por jesuítas, à mesma época, quatro léguas rio acima da de Curral dos Bois. Estas missões não devem ter tido vida muito longa, uma vez que não constam entre as tornadas vilas por ocasião da expulsão dos jesuítas, em 1758 (Leite, *op cit*). Entretanto, é muito provável, pelo que contam hoje os Pankararé e os Pankararu, que, pelo menos no local de Curral dos Bois, tenha persistido um aldeamento indígena, mesmo após a extinção da missão, embora sem contar, daí por diante, com qualquer administração especial. Tanto os atuais Pankararu quanto os Pankararé, que, como os Kantaruré, vivem hoje a poucas léguas dos locais, na margem do rio, onde se situavam as antigas missões de Curral dos Bois e Caruru, respectivamente em Brejo dos Padres, no lado pernambucano, e em Brejo do Burgo, no lado baiano, são originários dessas missões, o que é atestado tanto pela sua tradição oral quanto por documentos.

Os Pankararu são referidos em sua atual localização no Brejo dos Padres a partir de meados do século XIX (Oliveira, 1937 e Pinto, 1958), quando aí e entre eles se estabeleceram novos missionários, origem da denominação do local. Os Pankararu mantiveram, desde então, contato regular com religiosos e, desde a década de trinta do

¹ Ver, a respeito, Nantes (1707), Calmon (1939) e Leite (1945), dentre outros.

² Ver, a respeito, Nimuendaju (1946).

³ Ver, por exemplo, a "Informação Geral da Capitania de Pernambuco" (Anônimo, 1749).

presente século, com pesquisadores pernambucanos, vindo a contar, já nos anos quarenta, com um Posto do Serviço de Proteção aos Índios.

Enquanto isto, os Pankararé, embora jamais tenham perdido contato com seus "parentes" do lado pernambucano (Hohenthal Jr., 1960), mantiveram-se mais distantes da sociedade envolvente, só vindo a ter contato com pesquisadores baianos nos anos setenta (Soares, 1976), tendo o seu Posto Indígena instalado pela FUNAI em 1983. Vale referir aqui o que relata Sampaio (1984), a partir da história oral deste grupo, a respeito da fundação da sua aldeia:

"Os dois informantes pankararé mais idosos, 'memórias vivas' deste povo, relatam que seus bisavós tiveram que sair do Curral dos Bois -já então vila de Santo Antônio da Glória-, o que certamente ocorreu em meados do século passado, por pressões das frentes de expansão agrícola e pastoril sobre as boas terras à margem do rio. Conta um dos referidos informantes que, já após a saída dos atuais Pankararu, um certo capitão, seu bisavô, (...) liderou uma nova retirada, guiada por um 'caboclinho', o 'bugre', que conhecia uma fonte perene na caatinga, local de onde houvera sido levado quando criança e onde ainda habitavam 'caboclos bravos'. Este local, o Brejo do Burgo -ou do Bugre, como parece ter sido a denominação original-, a trinta quilômetros da margem do rio, já na borda do Raso da Catarina, é onde vive hoje a maioria dos Pankararé, e a referida fonte, a Fonte Grande, é de fato a única perene num raio de pelo menos cinquenta quilômetros na caatinga" (Sampaio, ib).

Se tanto os dados Pankararé quanto os Pankararu confirmam a instalação dos seus atuais núcleos em um período próximo aos meados do século XIX, sabe-se que, já nas décadas finais daquele século, o segundo destes núcleos daria origem a outros dois: o dos atuais Jiripankó -em uma localidade do Estado de Alagoas cerca de quatro léguas a leste do Brejo dos Padres-, e o dos Kantaruré, na Batida, novamente no lado baiano, e curiosamente em um local mais próximo à margem do São Francisco -menos de uma légua- e em um ponto intermediário entre as antigas aldeias de Curral dos Bois e Caruru⁴.

⁴ Estas localidades foram inundadas, respectivamente pela represa de Moxotó, em 1972, e pela de Itaparica, em 1987.

3 - Etnografia

3.1 - A Ocupação do Espaço: História Oral Kantaruré

A história oral kantaruré refere Rosa Baleia, uma índia pankararu, originária de Brejo dos Padres -Tacaratu, Pernambuco-, como o "tronco velho" do povo kantaruré. Quando ainda muito jovem, Rosa Baleia, em uma viagem de peregrinação à Bahia, teria travado conhecimento com o "posseiro" Balduino, habitante do povoado de Olho d'Água dos Coelhos -no atual município de Glória, Bahia-, tendo por ele se apaixonado e constituído família, jamais retornando ao seu local de origem. O casal se fixou em uma localidade próxima ao povoado de Balduino, a Batida, onde criaram seus muitos filhos e estabeleceram raízes.

GENEALOGIA DE ROSA BALEIA E BALDUÍNO, ATÉ OS FILHOS DO SENHOR LERO

O Senhor Lero, o mais idoso kantaruré, descendente direto do casal fundador, ainda se recorda, orgulhoso, desses "velhos tempos", quando seus avós ainda estavam vivos e lhe ensinavam as "tradições" do índio:

"Ela [Rosa Baleia] fumava de cachimbinho de barro e eu fumei muito mais ela. Aió e cesto ninguém nunca me ensinou, mas eu, olhando meu avô [Balduino] fazer, eu aprendi (...). Eu ia para o mato com eles caçar e eles mostravam os terrenos onde eles dançavam o toré. Dançavam no mato e em casa também. Brincavam de noite. (...) E, graças a Deus, houve seguimento. Meu avô trabalhou, meus tios trabalharam e aqui eu findei trabalhando com eles. Já tenho setenta e cinco anos. Já passei anos bons e anos ruins. Dançava no terreiro da minha casa" (Outubro, 95).

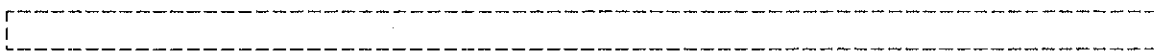


foto 2

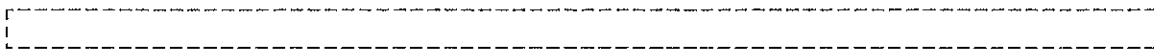


foto 3

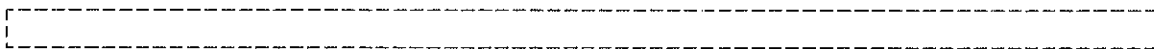


foto 4

Próximo à residência do Senhor Lero, na Batida, ainda são visíveis alguns sinais que o ancião identifica com segurança como restos da antiga morada do casal fundador.

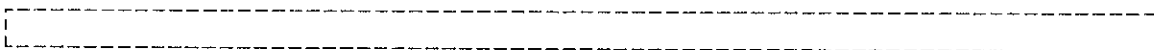


foto 5

Como entre outros povos indígenas no Nordeste, também os Kantaruré foram, segundo depoimento do Senhor Lero, em diversas ocasiões, "denunciados" e perseguidos por regionais devido à prática do ritual toré:

"Muitos aqui afóra diziam que a dança era sem vergonha, safadeza do povo, e muitos aí afóra querendo cair na correia [assumir a identidade indígena]. O índio já vem do nascimento. Tinha um delegado aí, tenente Miguel, eu recebia as intimações aqui. Houve de quadra de eu ir duas vezes com as intimações na mão. Eu estou em minha casa, nunca roubei e nem estou roubando. Se os meninos estão brincando, não estão comendo o suor de ninguém, não estamos incomodando ninguém. Eles vinham espiar para sair falando, fazendo galhofa. Aí nós botávamos pra correr. Nesse tempo atrás o terreiro era no mato. Quando se brincava era com medo de ser cercado, mas até hoje nunca fomos cercados. Pensei em tirar uma ordem para brincar sem medo. Não precisou. O delegado falou pra mim: 'seu' Lero, o Senhor sabendo brincar, enquanto eu for delegado nós nunca iremos lá empatar'" (outubro, 95).

Duas gerações após a instalação de Balduino e Rosa Baleia na Batida, dois dos seus netos kantaruré ali residentes, os irmãos Arcelino e Bregídio, se casaram com duas irmãs, Santina e Maria de Virgílio, originárias do povoado de regionais da Baixa das Pedras, distante três quilômetros, em linha reta, da Batida, vindo a fundar a segunda "aldeia" kantaruré, contígua ao povoado, conhecida hoje como Pedras ou Baixa das Pedras de Baixo.

{genealogia dos dois irmãos e seus descendentes}

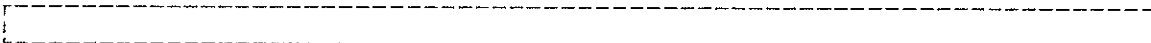


foto 6

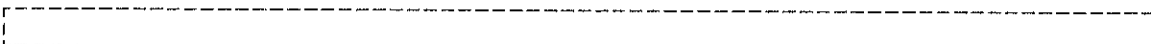


foto 7

3.2 - A Batida

O núcleo de ocupação da Batida é atualmente habitado por 143 pessoas, em 31 grupos domésticos, distribuídas por 24 casas de moradia. A população kantaruré é relativamente jovem e se encontra em expansão. O censo realizado na área registrou a existência de 67 crianças -menores de catorze anos-, 37 homens e 39 mulheres adultos. Como dentre outros povos camponeses na região, é fato comum que os novos casais residam durante algum tempo com suas famílias de origem até que possam erigir suas próprias casas.

A Batida se encontra inserida em uma região de clima semi-árido, com incidência de baixos índices pluviométricos. Seus solos são arenosos e pouco férteis e a sua vegetação, rasteira, é típica da caatinga, predominando a ocorrência de bromeliáceas e cactáceas. O povoado se situa em um amplo baixio margeado, ao sul, por serras. Os cursos e reservatórios de água, quase inexistentes, não suprem as necessidades da população local, constrangida a cruzar, diariamente, os terrenos do povoado contíguo de Salgadinho dos Benícios para, a uma distância de cerca de três quilômetros, obter, no rio São Francisco, a água necessária ao consumo doméstico, ou esperar pelos carros-pipa que freqüentemente abastecem os povoados da região, duramente castigada pelas secas. As casas de moradia, esparsas, se localizam na baixada e apresentam poucas variações, sendo construídas, em sua grande maioria, de taipa, com cobertura de telhas ou caroá e chão de terra batida. Não possuem instalações sanitárias nem energia elétrica.



foto 8



foto 9



foto 10

Os equipamentos comunitários existentes na Batida restringem-se a uma casa de farinha e um prédio escolar.

A casa de farinha, movida por um motor a óleo, é utilizada pela comunidade -principalmente por mulheres e crianças- em épocas de farinhada, que ocorrem com maior intensidade nos meses de setembro e outubro, quando todo o grupo dispõe de fatura de mandioca para processar. Geralmente, então, as famílias extensas -que compreendem não apenas os membros do grupo doméstico mas também consangüíneos e afins residentes em outras moradias- se revezam e, durante cerca de um mês, trabalham ininterruptamente, noite e dia, pois existe o risco da mandioca "azedar" se o processo não for rapidamente concluído. Vinte por cento da produção familiar é revertida em óleo para alimentar o motor.

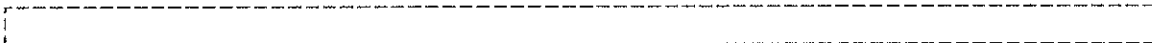


foto 11



foto 12

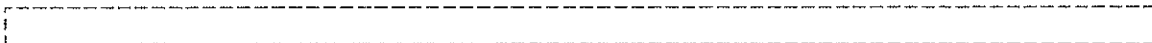


foto 13

No prédio escolar, constituído por uma única sala de aula e uma "cozinha" e construído por iniciativa da Prefeitura, trabalham duas professoras leigas -Juraneide e Márcia- auxiliadas por duas zeladoras -Donata e Severina-, remuneradas precariamente pela

prefeitura de Glória. No turno matutino funciona o curso de alfabetização, ministrado por Juraneide, filha do atual pajé, e, no vespertino, são oferecidas classes das séries iniciais do primeiro grau, ministradas por Márcia, uma missionária pernambucana casada com um Kantaruré. Recentemente, a professora Márcia iniciou um curso de alfabetização para adultos, o qual, contudo, funcionou apenas durante um breve espaço de tempo, dado o grande índice de evasão ocorrido entre os alunos "fatigados pela lida diária". As dependências do prédio escolar são ainda utilizadas para sediar reuniões, festas e demais eventos coletivos na comunidade.



foto 14



foto 15

3.3 - As Pedras

Nas Pedras residem hoje 101 kantarurés, entre eles o atual cacique. Como na Batida, as crianças constituem maioria: 49 para 28 mulheres e 24 homens adultos. As Pedras limitam-se ao sul com a serra Grande e ao norte com o povoado de regionais da Baixa das Pedras -ou Pedras de Cima. Seus solos são secos e arenosos e as casas de moradia, que seguem basicamente o mesmo padrão encontrado na Batida, são aqui um pouco mais concentradas, conformando um pequeno arruamento. O povoado não dispõe de energia elétrica nem de fontes de água. A água consumida advém da "Agrovila 5" -uma das construídas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) para reassentar moradores das localidades vizinhas submersas pela represa de Itaparica- ou dos já referidos carros-pipa.

Nas Pedras a única casa-de-farinha existente é de propriedade de um índio. Para utilizá-la os demais kantaruré entregam ao seu dono vinte por cento da produção, em óleo ou em espécie, a título de aluguel. Não há escolas nas Pedras e as suas crianças estudam no povoado da Baixa das Pedras, juntamente com regionais.

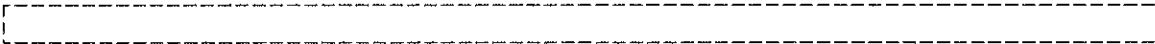


foto 16



foto 17




foto 18

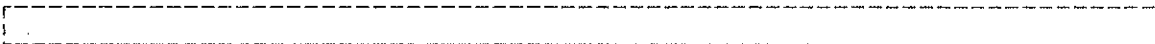


foto 19

3.4 - Economia

As práticas econômicas desenvolvidas pelos Kantaruré restringem-se essencialmente às atividades agrícolas. Situados numa região de clima semi-árido, solos pouco férteis e

baixos índices pluviométricos, caracterizada por uma vegetação rarefeita típica das zonas de caatinga, os Kantaruré praticam uma agricultura extensiva, tecnicamente rudimentar, voltada quase que exclusivamente para a subsistência, dedicando-se, principalmente, ao plantio da mandioca, do milho e do feijão, produtos que melhor se adaptam às condições locais. Nas roças, localizadas preferencialmente nos "cercados" das casas de moradia, os Kantaruré utilizam, como ferramentas de trabalho, basicamente a enxada, o enxadeco -ou "enxadete"-, a pá, o machado, a cavadeira e o facão.

A unidade básica de produção e consumo entre os Kantaruré é o grupo doméstico, geralmente constituído pela família nuclear, ainda que, em muitas ocasiões e durante um certo período, comporte ainda a mão-de-obra de genros ou noras, isto é, de recém casados que ainda não se transferiram para suas próprias casas, ou mesmo não possuem suas próprias roças, residindo e trabalhando, pois, temporariamente, com suas famílias de origem.

O calendário agrícola obedece invariavelmente a um ciclo anual, estreitamente relacionado ao ciclo de chuvas e estiagens característico da região. Em anos "normais", isto é, sem a ocorrência de secas, o milho e o feijão-de-arranca são plantados entre os meses de abril e maio e colhidos entre os meses de julho e agosto. O feijão de corda é plantado entre fevereiro e março e colhido a partir do mês de junho. Os Kantaruré referem dois tipos de mandioca, a "brasileira" e a "burnunça", ambas plantadas nos meses de junho e julho. A brasileira é colhida durante todo o ano, enquanto que a "burnunça", de melhor qualidade -sua casca é menos espessa e "cozinha mais rápido"-, tem colheita bianual. Contudo, como pudemos observar diretamente, de fato é no mês de outubro que toda a comunidade faz "farinhada", preparando em seguida a terra para o replantio, para aproveitar a chuva que geralmente cai nos meses de novembro e dezembro, as denominadas "trovoadas".

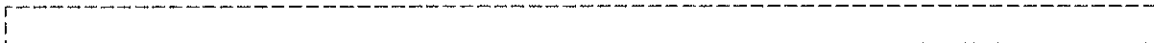


foto 20

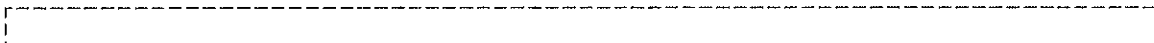


foto 21

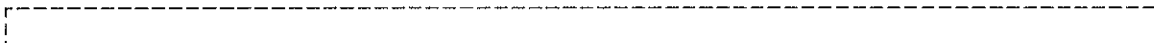


foto 22

Os Kantaruré raramente se dirigem ao mercado para negociar seus produtos. De quando em quando, porém, há uma "sobra" de mandioca, rapidamente transformada, na feira de Paulo Afonso, em diversos gêneros de consumo doméstico, tais como feijão, "tempero", óleo, açúcar, arroz, café, sabão, carne, macarrão, manteiga, flocos e farinha de milho. A carne é um produto caro e portanto escasso na dieta alimentar kantaruré. Assim afirma Márcia, professora leiga na Batida:

"A maioria só come carne quando caça. Os aposentados, quando recebem o dinheiro, compram uma carninha na feira" (outubro, 95).

A população kantaruré é composta basicamente por jovens e, assim, apenas "Seu" Lero e Dona Ana, dona Donata, "Seu" Olavo, Dona Jardelina, Dona Alzira, "Seu" Arcelino e "Seu" Odilon são aposentados, habilitados a adquirir, com alguma frequência, maior variedade de gêneros alimentícios.

A caça é realizada na serra, por indivíduos do sexo masculino, com o auxílio de cachorros, e invariavelmente estende-se por todo o período noturno. De acordo com os Kantaruré, os animais mais facilmente encontrados são o tatu, o peba, o tamanduá, o veado, o nambu, o jutí, a cordoniz, o gavião, o jacu e a cardieira.



foto 23

O extrativismo vegetal se constitui em importante estratégia de sobrevivência para os Kantaruré. Além da utilização tradicional de árvores frutíferas tais como o cajueiro, a goiabeira, o tamarindeiro, o umbuzeiro e a mangueira, em seus períodos de safra. Em períodos de seca as árvores da caatinga fornecem boa parte do alimento diário da população. "Seu" Lero lembra de tempos passados, épocas de seca "braba":

"tempo ruim, verão, eu tirava bró [palmito do ouricuri] na serra para fazer. Esta velha [Dona Ana, sua esposa] ia no mato tirar araticum para a gente comer. Descascava e cozinhava. Eu mais meu sogro bancava daqui e ia tirar o xique-xique no rio. Muitas vezes o bró mesmo. Comer o olho do bró para calçar o estômago, para criar uma coragem na barriga para ter força para trabalhar" (outubro, 95).

Os Kantaruré relacionaram as plantas nativas de utilização mais freqüente no consumo doméstico:

<u>Variedades</u>	<u>Utilização</u>
Araticum	come-se o fruto;
Caraibeira	faz-se "linhas" (tábuas) para portas e janelas;
Carnaúba	vigas de sustentação para as casas;
Mandacaru	chá para gripe, comida para a "criação";
Murici	come-se as frutas;
Ouricuri	palha usada para confeccionar sacolas;
Palma	come-se a fruta e dá-se a folha para a "criação" comer;
Pitomba (mansa e brava)	come-se a fruta. A "criação" come no pé.
Quipembe	só o bode come.
Quixaba	come-se as frutas;
Umbuzeiro	come-se a fruta e com a raiz faz-se farinha, bolo e "cocada"

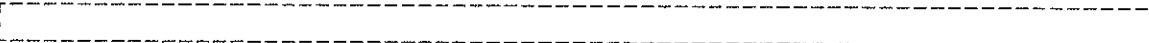
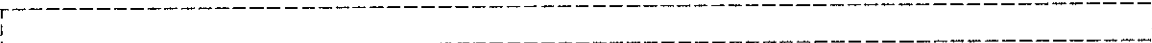



foto 24


foto 25
foto 26
foto 27

Em função da proximidade do rio São Francisco, no povoado do Salgadinho dos Benícios, a pesca se constitui ainda, para a população kantaruré, em uma atividade alternativa de subsistência, sendo realizada de forma esporádica, geralmente por indivíduos do sexo masculino. Pescam de rede, "linhada" -isto é, utilizando o "náilon" sem a "vara", com iscas de camarão, pequenos peixes ou passarinhos- ou com a "groseira" ou "meia-água" -"um náilon de seda", sem anzol, com iscas de peixes pequenos. Os peixes mais facilmente encontrados são a corvina, o tucunaré, a pirambeba, a piranha, a traíra e o tucari (ou panhari).

Os índios relacionaram alguns indivíduos que, por terem desenvolvido certas habilidades necessárias à comunidade, são de certo modo qualificados como "profissionais", e assim respeitados e solicitados freqüentemente para a realização de diversos serviços.

Especialidades ocupacionais entre os kantaruré:

Artesãos: pajé Juraci (arcos e colares), Oto (cestas de fibra e caçuás), "Seu" Lero (cartatilanca, cestos, aiós de caroá, "maticró" -cachimbo de "obrigação"), Nílson (redes de pesca), Paulo (coronhas de espingarda).

Cabeleireiras: Severina, Vanusa, Márcia;

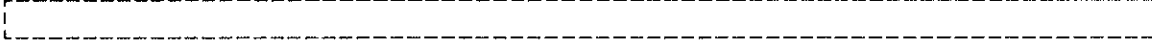
Carpinteiro: João Oleriano;

Consertador de espingarda: Cido;

Machadeiro: "Seu" Odilon;

Parteira: Dona Iracema;

Professoras: Juraneide, Márcia;


foto 28
foto 29
foto 30
foto 31

3.5 - Relações com a Sociedade Envolvente

Os dados demonstram que um contingente expressivo da população kantaruré se encontra espalhado, residindo em diversos outros municípios -como Paulo Afonso- e em localidades relativamente próximas da Terra Indígena, como as agrovilas implantadas pela CHESF -a "2", a "5" e a "7", principalmente-, por exemplo, e mesmo em outros Estados, como Sergipe (Aracaju), Pernambuco (Petrolina, Petrolândia, Floresta), Piauí, São Paulo (Araçatuba), Mato Grosso e Pará (Belém). Muitos destes casos exemplificam o fenômeno da migração -sazonal ou permanente-, estratégia comum entre trabalhadores rurais no contexto regional mais amplo, associada à ocorrência de longos períodos de seca. Outros, contudo, podem ser atribuídos aos casamentos com indivíduos "de fora", quando prevalece, de modo geral, como nova residência, a localidade de origem do cônjuge masculino.

Os Kantaruré mantêm estreitos contatos com famílias "aparentadas" residentes em localidades vizinhas à Terra Indígena, tais como Baixa das Pedras, Olho d'Água dos Coelhos, Salgadinho dos Benícios e a agrovila 5. Os dados coligidos para a elaboração do censo e das genealogias parciais aqui ilustradas (outubro, 95) revelam ainda a existência de um índice significativo de intercasamentos entre os Kantaruré e habitantes dos povoados limítrofes de Salgadinho dos Benícios, Olho d'Água dos Coelhos e Baixa das Pedras. Essas famílias, contudo, ao que tudo indica, jamais chegaram a perder contato com os "parentes" da Batida e das Pedras, núcleos tradicionais de ocupação indígena. Muitas delas são, inclusive, reconhecidas pela comunidade como kantarurés. Este é o caso, por exemplo, do conselheiro João Oleriano, expressiva liderança da Batida, residente, juntamente com sua família nuclear, no Olho d'Água dos Coelhos, limítrofe à Terra Indígena Kantaruré. Parentes radicados em localidades ou mesmo estados distantes da área de origem geralmente preservam certas vias de acesso à comunidade, seja por possuírem "casa fechada" na Batida, por terem deixado descendência no local, "virem sempre visitar", ou mesmo por um prolapado interesse em para aí retornar "logo que possível".

foto 32

Os Kantaruré da Batida enfatizaram a existência de conflitos recorrentes, iniciados ainda na década de sessenta, com moradores do povoado de Salgadinho dos Benícios, no limite leste da Terra Indígena. Os dados coligidos para a elaboração de genealogias indicam um entrelaçamento nas histórias de origem das duas localidades. Segundo informantes kantaruré, Senhora, mulher de Olegário, irmão do Senhor Lero, é filha de Cordelina, por sua vez neta de Benício, fundador do referido povoado.

Genealogia

De acordo com os relatos dos índios, de 1963 para cá sete kantarurés foram mortos no Salgadinho dos Benícios, onde costumam frequentar os armazéns, botecos e jogos de sinuca. Da análise genealógica das vítimas infere-se a existência de uma inimizade que, se parece extrapolar o plano propriamente individual, envolvendo ao menos três famílias

cujas ramificações se estendem tanto à Batida quanto ao Salgadinho dos Benícios, não parece configurar, ao menos até o presente, um conflito com feições nitidamente interétnicas.

Ao tempo em que realizávamos o trabalho de identificação e delimitação da Terra Kantaruré fomos informados da existência de rumores -ao que tudo indica originados no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Glória- de que esta viria a englobar os povoados circunvizinhos, inclusive o Salgadinho dos Benícios.

4 - Identificação e Delimitação

Os limites aqui identificados para a Terra Indígena Kantaruré correspondem àqueles tradicionalmente reconhecidos entre esta comunidade indígena e as localidades sertanejas vizinhas. Este tipo de limite tende a ser amplamente consensual e, em grande medida, bastante preciso na região, só não o sendo em localidades dominadas pela caatinga e utilizadas para criatório extensivo, caça e coleta conjuntamente por várias comunidades.

Este não é, contudo, o caso da Terra dos Kantaruré que, de resto, em sua pobreza, têm muito pouca "criação" e os seus terrenos de criatório, caça e coleta se situam no sopé e na encosta setentrionais da Serra Grande, delimitando-se, muito claramente, com as terras da comunidade de Olho d'Água dos Coelhos, pela cumeada da própria serra.

Este limite natural fornece, pois, todo o limite sul da Terra Indígena. Nos demais flancos seus limites se estendem através do baixio, ocupado, predominantemente, por terrenos de cultivo e, apesar da ausência de limites naturais, são, como pôde avaliar o Grupo Técnico durante os trabalhos de delimitação, muito seguramente estabelecidos entre a Batida e as Pedras e as áreas de comunidades limítrofes, a saber:

- 1) a oeste e noroeste com a Baixa das Pedras ou Pedras de Cima;
- 2) ao norte com a pequena comunidade do Mandacaru e com a mais recentemente implantada agrovila 5, da CHESF;
- 3) a leste com o Salgadinho dos Benícios.

Como se pode observar, apenas no limite norte se identifica a presença de uma intervenção recente na configuração tradicional de limites, representada pela implantação, pela CHESF, no final dos anos oitenta, de agrovilas para abrigar a população retirada das áreas inundadas pela represa de Itaparica. É provável que a agrovila 5 tenha se constituído em uma intrusão em terras tradicionais da comunidade do Mandacaru e, talvez, de outras ao norte, fato que não cabe aqui examinar já que tal intrusão, como afirmam os próprios Kantaruré, não afetou a Terra Indígena.

Viu-se acima que os Kantaruré exploram intensamente seu pequeno e pobre território, o que, de certo modo, dificulta uma caracterização diferencial nos termos das quatro condições, complementares e indispensáveis, que a Constituição estabelece como critérios para identificação da ocupação tradicional, por índios, de suas Terras, quais sejam, a de serem estas terras a soma daquelas: 1 - por eles habitadas em caráter permanente; 2 - por eles utilizadas para suas atividades produtivas; 3 - imprescindíveis à preservação dos

recursos ambientais necessários a seu bem-estar; e 4 - necessárias à sua reprodução física e cultural. Tudo segundo seus usos, costumes e tradições.⁵ Conforme indicado, face à sua exiguidade e intensidade de exploração, não há, no território kantaruré, nenhuma faixa ou setor que atenda a apenas uma destas condições, estando elas, ao contrário, intrinsecamente presentes em várias áreas ou na Terra Indígena como um todo. Daremos a seguir um quadro desta distribuição:

1 - Terras habitadas em caráter permanente: as habitações dos kantaruré se concentram nos núcleos da Batida e das Pedras, situados, respectivamente, junto aos extremos de nordeste e de noroeste da Terra Indígena.

2 - Terras utilizadas para atividades produtivas: As atividades produtivas dos Kantaruré se desenvolvem desde as suas próprias casas, local de trabalhos artesanais, passam pelos terreiros e quintais dessas, locais de criatórios domésticos e do plantio de algumas poucas hortaliças e árvores frutíferas, e chegam ao centro das próprias aldeias, nas casas de farinha, principais equipamentos produtivos comunitários. Além dos limites das aldeias, os roçados indígenas se estendem pelo baixio até o sopé e a encosta da Serra Grande, onde também há criatórios. Por fim, a serra propriamente dita é o domínio por excelência das práticas extrativas e de coleta, além da caça, uma atividade econômica e culturalmente valorizada pelos Kantaruré.

3 - Terras imprescindíveis à preservação de recursos ambientais: Em se tratando de um território tipicamente frágil, marcado pela carência de água, pelas secas e pela ameaça de devastação, é imprescindível que se atente, sobretudo, para a proteção do sopé da Serra Grande, onde se concentram as poucas reservas hídricas, e para a cobertura vegetal da própria serra, fundamental para a reprodução da caça e de espécies vegetais úteis.

4 - Terras necessárias à reprodução física e cultural: Como se pode depreender do exposto na condição 2 acima, parece não haver um só palmo da Terra Kantaruré que não seja necessário à sua reprodução física e, por via de consequência, também cultural. Apenas a título de ilustração, porém, podemos referir aqui alguns pontos "culturalmente" mais valorizados, como os terreiros das aldeias onde se pratica o Toré; o alto da serra, domínio da mata e moradia da caça, dados associados à identidade indígena, e, por fim, os sítios no pé da serra que guardam as marcas das localidades onde Rosa Baleia e Balduíno estabeleceram sua primeira morada e seu roçado, referenciais da origem do grupo.

A partir do exposto, se pode dividir a Terra Indígena Kantaruré em três setores, de acordo com o preenchimento das condições constitucionalmente requeridas:

- 1 - aldeias de Batida e Pedras e seus entornos imediatos: condições 1, 2 e 4;
- 2 - baixadas ao redor das aldeias e ao norte da Serra Grande: condições 2 e 4;
- 3 - sopé, encostas e altos da Serra Grande: condições 2, 3 e 4.

Ao completar esta identificação, não podemos deixar de sublinhar que, em se tratando de um grupo indígena pauperizado pelo longo tempo de contato e de subordinação à

⁵ Ver, a respeito, Gonçalves (1994).

sociedade nacional, vivendo em um território de solos pobres e de poucos recursos naturais, onde o seu estabelecimento, há pouco mais de um século, já se fez de modo marcado por tais subordinação e pauperização, os padrões segundo os quais o grupo vem aí, "tradicionalmente", se reproduzindo são, evidentemente, muito pobres. Assim, ao se proceder à identificação deste território "tradicionalmente ocupado", "segundo seus usos, costumes e tradições", tal identificação reflete, inevitavelmente, a pobreza desses padrões tradicionais.

O que se pretende realçar com esta caracterização é que, se não é cabível, em respeito aos dispositivos constitucionais, estender os limites desta Terra Indígena para áreas que o grupo Kantaruré tradicionalmente não ocupa nem jamais ocupou -o que implicaria, inclusive, no caso, em avançar sobre territórios de outras comunidades sertanejas, também pobres, e que se constituíram historicamente, nos planos societário e territorial, em paralelo à formação da comunidade kantaruré, não se configurando, pois, como invasões desta Terra Indígena-, é indispensável que se assinale, como um dado constitutivo e indissociável do presente trabalho de identificação e delimitação, a necessidade de que se venha a dotar a Terra Kantaruré de melhores condições infraestruturais, de modo a que esta venha a poder, de fato, prover o "bem-estar" da comunidade, o que também é constitucionalmente requerido, e se afigura como plenamente viável nas condições locais.

Os Kantaruré se encontram hoje completamente inseridos e inevitavelmente articulados, economicamente, a um polo regional totalmente direcionado para a prática da agricultura irrigada que, desde a construção da barragem de Itaparica, praticamente se tornou a única alternativa de subsistência e de inserção no mercado para as comunidades tradicionais do vale do submédio São Francisco. Ora, a Terra Kantaruré está a apenas de três a seis quilômetros do reservatório de Itaparica e a distâncias ainda menores de canais já existentes que abastecem as agrovilas próximas. Conta, ademais, com uma razoável extensão de "baixadas", perfeitamente aptas ao desenvolvimento da irrigação. É claro que tal alternativa demanda, além de obras de infraestrutura, capacitação e assistência técnicas etc, o que, contudo, é fartamente acessível no mercado local, inclusive através dos seus vizinhos indígenas, os Tuxá, da cidade de Rodelas, a oitenta quilômetros dos Kantaruré por rodovia pavimentada. Deste modo, temos certeza que a irrigação do baixio, associada a medidas de preservação da fauna e da flora da Serra Grande e de promoção da exploração sustentada destes recursos, certamente farão com que a Terra Kantaruré, apesar de pequena, possa propiciar melhores condições de vida ao seu povo, sem prejuízo dos seus "usos, costumes e tradições".

Um último aspecto que merece consideração no presente laudo de identificação diz respeito à relação dos Kantaruré com o rio São Francisco, onde vão pescar, como recurso complementar à sua subsistência, e se abastecer de água nos não infreqüentes períodos de escassez. A Terra Indígena, porém, de fato não se estende até a margem do rio -na verdade do reservatório de Itaparica-, interpondo-se entre elas os terrenos da comunidade do Salgadinho dos Benícios. A margem do rio e suas águas, contudo, não são, nem poderiam ser, percebidas como patrimônio apenas daqueles que lhes estão imediatamente adjacentes e a exploração destas pelos Kantaruré deve ser assegurada, inclusive por que se a figura como bastante desejável que, para fins de irrigação e de abastecimento doméstico, estas águas sejam conduzidas até a Terra Indígena. Neste sentido, chamamos

a atenção para o disposto no Artigo Sexto do Decreto 1.141, de 19 de maio de 1994, que provê a União da base legal necessária para promover e fiscalizar a proteção de recursos naturais e de ecossistemas associados a Terras Indígenas situados em seu entorno.

5 - Levantamento Fundiário

Há apenas treze ocupações de pessoas estranhas à comunidade indígena na Terra Kantaruré. Tais ocupações consistem em posses com pequenos roçados e alguns plantios permanentes e não se constituem, historicamente, em focos de conflito com a comunidade indígena. Sua presença na Terra Kantaruré se explica por uma prática, corriqueira entre camponeses do Sertão, de diversificar a localização dos seus roçados, prevenindo melhor, assim, os riscos com danos decorrentes de insucessos localizados. Esta prática os leva a nem sempre se restringir aos limites estritos das comunidades a que pertencem. Alguns dos próprios Kantaruré também têm um ou outro roçado em terrenos externos aos da sua comunidade.

No caso das treze intrusões aqui registradas, os próprios Kantaruré se encarregaram de esclarecer os seus detentores, já antes dos trabalhos de levantamento fundiário, da impossibilidade de aí permanecerem uma vez regularizada a Terra Indígena, podendo se observar, da parte daqueles, uma boa disposição em se retirar, mediante a devida indenização de Benfeitorias.

6 - Resumo

Far-se-á, a seguir, um resumo do presente relatório, seguindo estritamente as partes e tópicos previstos na Portaria 014, de 09 de janeiro de 1996, do Ministério da Justiça.

I - Primeira Parte. Dados gerais:

a) Os Kantaruré são descendentes da população indígena que, originalmente, habitava o trecho do submédio rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso e a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes. Estes índios aparecem, nas fontes históricas dos séculos XVII e XVIII, designados como "Pancararu", "Brançararu", "Pancarú" ou "caruru".

Essa população foi, a partir do final do século XVII, reunida em aldeias à margem do grande rio por missionários jesuítas, franciscanos e capuchinhos. Dentre estas se destacam, no trecho supra indicado do rio, as de Sorobabé, Caruru e, em especial, Curral dos Bois, origem da atual cidade de Glória. Estas missões, contudo, não perduraram mais que até a primeira metade do século seguinte e, a partir de então, a população indígena aí remanescente passou a sofrer, mais diretamente, as pressões coloniais, sobretudo de pecuaristas interessados nas terras mais férteis à margem do rio, de onde foi forçada a se retirar, buscando locais de refúgio e resistência nos brejos e altos de serra dispersos na caatinga adjacente e integrantes do seu antigo território de dispersão e perambulação.

Já em meados do século XIX é possível identificar a consolidação de dois destes novos núcleos formados por população indígena egressa de Curral dos Bois: um em Brejo dos Padres, no lado pernambucano do rio, onde vivem os atuais Pankararu; e outro no Brejo do Burgo, do lado baiano, território dos seus "parentes" Pankararé. Ainda ao final daquele século, o primeiro destes núcleos daria origem a outros dois em localidades próximas: o dos atuais Jiripankó, no extremo ocidental do Estado de Alagoas, e o dos Kantaruré, na localidade da Batida, próxima à margem baiana.

As perdas culturais não possibilitam, hoje, uma identificação lingüística dessa população, embora os dados documentais e de história oral permitam claramente identificar uma certa unidade cultural entre os quatro grupos supra citados, além da unidade histórica dada pela passagem pela missão do Curral dos Bois.

As condições determinantes da atual distribuição destes grupos, inclusive dos Kantaruré, estão muito diretamente ligadas ao processo colonial: uma vez aliados da várzea do São Francisco, procuraram, na caatinga, áreas menos cobiçadas pela população colonial, mas onde a existência de brejos ou encostas de serras garantisse a umidade necessária à prática de alguma agricultura e a presença, ainda que residual, de caça.

Os Kantaruré têm hoje uma população de 244 indivíduos, distribuída em suas duas aldeias da Batida (143) e das Pedras (101) que distam entre si três quilômetros e se situam, ambas, próximas à vertente setentrional da Serra Grande, a menos de uma légua da margem direita do São Francisco.

b) O grupo kantaruré tem sua origem há pouco mais de um século, quando a pankararu conhecida como Rosa Baleia deixou sua aldeia no Brejo dos Padres para se unir a Balduino, morador da localidade de Olho d'Água dos Coelhos, situada junto à vertente meridional da Serra Grande. O casal fixou sua residência e roçados na vertente oposta da serra onde geraram seus treze filhos e deram origem à aldeia da Batida. Todos os Kantaruré são seus descendentes.

Há pouco mais de meio século, dois netos de Rosa e Balduino, Arcelino e Bregídio, casaram-se com filhas de um morador da localidade próxima de Baixa das Pedras e originaram, assim, nas imediações desta, a segunda aldeia Kantaruré, a da Baixa das Pedras de Baixo ou, simplesmente, Pedras.

c) Não se dispõe de informações seguras sobre eventuais práticas de secessão dos índios do submédio São Francisco no período pré-colonial. A partir da colonização, estas práticas estiveram muito claramente marcadas por condicionantes do próprio processo de conquista, em especial a ocupação colonial das melhores terras situadas na várzea e a escassez de terrenos agricultáveis na caatinga circundante que forçou a população indígena a novas dispersões no período pós-missionário, ao longo dos séculos XIX e XX.

No caso kantaruré, conforme exposto acima, a realização de uniões interétnicas está na origem do próprio grupo, assim como das suas duas aldeias. Nas atuais condições, contudo, a indisponibilidade de terras no entorno da área, em especial após a construção da represa de Itaparica, torna bastante improvável a reprodução dessa estratégia de expansão.

Por outro lado, como quaisquer comunidades camponesas do Sertão nordestino, os Kantaruré recorrem intensamente às migrações, temporárias ou definitivas, para cidades próximas ou, freqüentemente, para grandes metrópoles nacionais, como forma de reprodução do seu excedente populacional.

II - Segunda Parte. Habitação permanente:

a) Como típicos núcleos rurais da caatinga, as aldeias kantaruré têm uma configuração espacial dispersa, com as residências das famílias nucleares dispostas irregularmente e distantes umas das outras, separadas por grandes terreiros e mesmo por áreas de roçados. As residências de uma mesma família extensa tendem a se dispor mais proximamente entre si e não é infreqüente que famílias aparentadas ocupem, ainda que transitoriamente, uma mesma unidade domiciliar. No caso da Batida, uma pequena concentração ocupacional se verifica no entorno do prédio escolar e da casa de farinha.

A Batida tem 143 habitantes distribuídos em 31 famílias e 24 domicílios, enquanto que nas Pedras moram 101 kantarurés, em 24 famílias e 13 residências.

As duas aldeias se situam junto às extremidades de nordeste e de noroeste da Terra Indígena e seus terrenos de cultivo e moradia confinam, aí, respectivamente, com os das localidades vizinhas de Salgadinho dos Benícios e Baixa das Pedras. Em direção ao sul, por sua vez, esses terrenos se estendem até o sopé da Serra Grande, território predominantemente destinado às atividades de caça e coleta do grupo.

b) Os critérios adotados pelo grupo para localização, construção e permanência de suas aldeias obedeceram antes a compulsões de ordem externa que a sua livre escolha. O território kantaruré é dos mais pobres dentre aqueles que podem ser considerados agricultáveis na região. Situado em meio a uma caatinga muito seca, a escassa umidade existente na base da encosta junto à qual estão as aldeias pode ser referida como um mínimo condicionante positivo para sua localização.

Conforme já indicado, as duas aldeias não apresentam um padrão regular de ocupação, alternando moradias e roçados em uma extensão aproximada de 100 hectares em cada caso. Têm, por outro lado, uma existência bastante estável, há mais de cem anos, no caso da Batida, e mais de cinquenta anos, no caso das Pedras.

III - Terceira Parte. Atividades produtivas:

a) Os Kantaruré são, essencialmente, pequenos agricultores do semi-árido nordestino. Assim, sua atividade produtiva fundamental é a agricultura de cultivos alimentares, destacadamente de tubérculos (mandioca) e favas (feijão), aos quais se associam cereais (milho) e muito poucas variedades de hortaliças.

Seguindo um padrão típico do campesinato regional, os roçados são desenvolvidos com base na posse e no trabalho familiares, com recurso eventual a círculos mais amplos de cooperação -família extensa, vizinhança- para as tarefas mais trabalhosas. Merece destaque o trabalho de processamento da mandioca nas casas de farinha de cada aldeia, tarefa que ocupa diuturnamente quase toda a população nos meses finais do ano agrícola.

A baixa fertilidade dos solos não permite uma ocupação agrícola intensa. Conforme indicado acima, muitos roçados situam-se junto às próprias residências, formando com estas áreas contínuas de moradia e trabalho. Outros roçados, porém, estendem-se até o sopé da Serra Grande, configurando uma ocupação agrícola dispersa que ocupa toda a metade norte -cerca de 800 hectares, inclusive as aldeias- do território tradicional.

A carência de recursos produtivos faz com que os roçados sejam em geral reduzidos, raramente ultrapassando a três tarefas (cerca de um hectare). Por outro lado, a natural insegurança da atividade agrícola no polígono das secas faz com que quase todas as famílias optem por manter roçados em diferentes localidades e, assim, cada uma delas tem, em média, dois ou três roçados.

Pouco extensos e dispersos, estes roçados, como é comum na caatinga, situam-se em "cercados", deixando os terrenos geralmente mais pobres à sua volta livres para o criatório extensivo, um recurso que a extrema pobreza da maioria dos kantaruré não lhes permite explorar, mesmo nas precárias condições locais, e muito poucas famílias dispõem de algumas poucas cabeças de caprinos. Deste modo, apenas o criatório doméstico de galináceos e poucos suínos merece algum destaque.

Uma tal escassez de proteína animal faz com que a caça, embora também escassa no território tradicional dos Kantaruré, desempenhe papel relevante, o que dá bem a medida de importância da mata residual que ainda recobre parte da encosta norte da Serra Grande, a metade sul do território kantaruré com cerca de 800 hectares. Aí se encontram algumas espécies de pequenos mamíferos, aves e répteis da fauna própria à caatinga, aos quais os kantaruré recorrem com frequência como complemento à sua dieta.

Esta área fornece ainda a maior parte dos produtos de coleta, inclusive a lenha, mas sobretudo frutos, recursos cruciais nos não infreqüentes períodos de seca, quando chegam a ser o único alimento disponível.

Também predominantemente nestes períodos os Kantaruré são levados a buscar trabalho remunerado fora do seu território, seja nos centros urbanos da região, seja nas grandes metrópoles ou centros agrícolas nacionais, para onde alguns chegam a migrar em caráter definitivo.

Merece registro, por fim, o recurso complementar à pesca no rio São Francisco, um manancial que compartilham com dezenas de comunidades circunvizinhas e cujo trecho próximo a seu território está atualmente constituído pelo lago da hidrelétrica de Itaparica.

b) A economia kantaruré pode ser definida, "grosso modo", como "de subsistência", posto que voltada fundamentalmente para o auto-consumo, com poucos excedentes comercializáveis de farinha de mandioca, feijão e frutos como o caju.

Outra característica marcante desta economia é certamente a sua pobreza e fragilidade, o que pode ser bem avaliado pela visível presença de desnutrição, sobretudo infantil, pela migração e pela escassez de recursos produtivos.

As alterações ocorridas na economia tradicional desde a penetração colonial são devidas, fundamentalmente, à restrição territorial e a crescente competição e escassez de recursos nativos da fauna e flora, o que conduziu à crescente sedentarização e dependência dos Kantaruré da atividade agrícola, em detrimento da caça e da coleta.

Assim, as dificuldades técnicas e ambientais para que se desenvolva uma agricultura satisfatória nas condições locais e em território limitado são os principais desafios a serem enfrentados pelos kantaruré uma vez regularizado seu território, o que sugere a necessidade de investimentos, dentre os quais, certamente, está em seu horizonte o recurso à irrigação, propiciada pela disponibilidade, nas proximidades, de farto manancial hídrico.

c) Ao longo dos últimos dez anos os Kantaruré têm estreitado seu relacionamento com os vizinhos Pankararé, o que foi fundamental no seu processo de "resgate" de direitos, e também com os Pankararé -de quem são descendentes-, os Tuxá de Rodelas e a pequena comunidade Xukuru-Kariri que recentemente se instalou próxima ao povoado da Quixaba, a três léguas do território kantaruré.

O longo tempo de convivência entre sociedades indígenas e segmentos coloniais na região faz com que os Kantaruré, como seus vizinhos indígenas, sejam quase que culturalmente indistinguíveis da sociedade envolvente, não fora a indelével marca étnica imprimida em seu relacionamento com esta, em que se destaca a consciência de sua origem específica.

Os Kantaruré mantêm vínculos próximos, inclusive de casamento, com as comunidades vizinhas de Olho d'Água dos Coelho, Baixa das Pedras e Salgadinho dos Benícios, embora tais relações, sobretudo com a última, nem sempre possam ser caracterizadas como amistosas.

Por outro lado, a precariedade da economia kantaruré faz com que, apesar da proximidade, seja escasso o seu trânsito pelos centros urbanos vizinhos de Glória, Paulo Afonso e Petrolândia.

IV - Quarta Parte. Meio Ambiente:

a) A encosta setentrional da Serra Grande pode ser identificada como a área onde estão reunidos os elementos imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural do grupo. Esta área é constituída por um terreno íngreme e pedregoso, pouco propício à agricultura, que mede de mil a mil e quinhentos metros entre sua base e seu topo, e se estende por cerca de cinco quilômetros ao longo do limite sul do território kantaruré.

b) São fundamentalmente duas as razões pelas quais tal área é imprescindível e necessária aos Kantaruré, quais sejam:

1 - a de abrigar a mata residual que permite a reprodução da caça e fornece recursos indispensáveis e indisponíveis em outras faixas do território, como os frutos e palmitos que resistem às secas e as reservas de lenha;

2 - a de abrigar as únicas e escassas fontes de água do território, as quais alimentam os precários reservatórios no sopé da serra dos quais se serve a comunidade.

V - Quinta Parte. Reprodução Física e Cultural:

a) Embora não se disponha de dados específicos sobre taxas de natalidade e mortalidade do grupo nos últimos anos, o exame da sua pirâmide etária indica claramente a prevalência de índices altos de natalidade e também de mortalidade que, se não chegam a ser exorbitantes para a idade adulta, são, certamente, superiores às médias nacional e regional, havendo também uma incidência destacável de mortalidade infantil. Além disto, o agudo declive da pirâmide certamente se explica também pela significativa emigração da população em idade ativa.

Apesar destes fatores a taxa de natalidade nitidamente garante uma tendência de franco crescimento demográfico, o que pode também ser avaliado pela comparação dos atuais dados censitários -244 habitantes- com aqueles obtidos por Brito (1990) para o primeiro semestre de 1989, quando foi registrada uma população de 177 indivíduos para as duas aldeias Kantaruré.

Embora estes números variem também em função da oscilação migratória, inclusive aquela de caráter sazonal, parece possível supor uma potencial duplicação da população Kantaruré em período inferior ao de uma geração, isto é, menos que vinte ou vinte e cinco anos.

Isto posto e mantida a atual tendência, há que se considerar dois importantes aspectos na caracterização da reprodução do grupo, dadas, sobretudo, a inelasticidade e limitação territoriais constitutivas do grupo desde a sua origem, a saber:

1 - A emigração é um recurso tradicionalmente acionado pelo grupo -quatro dos nove filhos homens de Balduino e Rosa Baleia migraram jovens para o Piauí e nunca retornaram- e como tal é constitutiva de sua organização social e econômica, desde que, evidentemente, possa ser mantida em níveis que não comprometam esta mesma organização;

2 - A nítida pobreza e a precariedade dos meios produtivos disponíveis aos Kantaruré leva forçosamente a que se explicita que, mais além da identificação e delimitação do tradicional território do grupo, há que se considerar, como elemento indissociável do processo de regularização deste, o investimento em sua produtividade. Trata-se, pois, de uma situação em que a verificação e a legitimação de uma tradicionalidade não pode prescindir da adoção de reformas no sistema produtivo -no sentido da agricultura irrigada, por exemplo, facilitada pela vizinhança de um grande reservatório e da disponibilidade regional de tecnologia-, de acordo, inclusive, com as aspirações do grupo.

b) A cosmologia Kantaruré se articula a um complexo religioso indígena do sertão nordestino no qual se destacam ritos de possessão -geralmente designados "toré"- associados à cura e ao culto de antepassados e figuras míticas, propiciados pelo uso da jurema e do tabaco. Os "terreiros" de culto e cemitério se localizam no espaço das próprias aldeias.

Além destes, podem ser destacados como relevantes, do ponto de vista cosmológico, os sítios que marcam a instalação do grupo na área, destacadamente o local onde Rosa Baleia e Balduino implantaram seus primeiros roçado e moradia, situado no sopé da Serra Grande.

c) Sendo todo o território ocupado pelos kantaruré economicamente explorado, seja em atividades agrícolas, de criatório extensivo, caça ou coleta, e sendo este território, em suas atuais condições, capaz apenas de manter o grupo em níveis apenas precários de subsistência, parece claro que todo ele deva ser tomado como necessário à reprodução física -e, por via de consequência, também cultural- do grupo.

No que diz respeito, mais especificamente, à reprodução cultural, a possibilidade, resultante do próprio processo de regularização, de vir a dispor de um território claramente exclusivo deve ser assinalada como fator relevante para a afirmação interna e externa do grupo. Além disto, merece registro a incorporação, neste território, dos sítios de relevância histórica e cosmológica mencionados no item anterior.

VI - Sexta Parte. Levantamento Fundiário:

a) Há, no território identificado, treze pequenas posses de não-índios que, contudo, não residem nestas.

b) Tais ocupações se localizam de modo esparsos nos terrenos mais baixos que constituem a parte norte do território identificado. Sua presença aí remonta a, em média, algumas poucas décadas, sendo, pois, posteriores à consolidação do grupo kantaruré no local. Nenhuma das ocupações atinge uma dezena de hectares ficando, ao contrário, em geral bem abaixo disto. As benfeitorias existentes consistem, basicamente, de alguns cultivos permanentes de árvores frutíferas da caatinga e as construções são, em alguns casos, apenas cercas e, em outros, também pequenas edificações para pousada ou armazenamento, conforme melhor descrito nos formulários de levantamento fundiário que acompanham o presente relatório.

c) Não foram apresentados títulos de posse ou domínio das ocupações identificadas.

d) Não foram encontrados registros incidentes sobre o território identificado no cartório de imóveis ao qual está jurisdicionado o município de Glória.

VII - Sétima Parte. Conclusão e Delimitação:

A Terra Indígena aqui identificada se estende por 1.695 hectares, com formato aproximadamente retangular, limitada ao sul pela Serra Grande e distando, em seu flanco leste, cerca de três quilômetros da margem direita do reservatório de Itaparica, no rio São Francisco, e de quinhentos a mil metros da pista da rodovia BA210, à altura do seu quilômetro 38, por onde se faz o acesso às aldeias da Batida e das Pedras, nas proximidades do povoado do Salgadinho dos Benícios.

Os limites da Terra -conforme pode ser melhor observado no mapa e na descrição de limites que acompanham este- seguem, no seu flanco sul, a cumeada da Serra Grande, limite natural e tradicional entre os Kantaruré e a comunidade do Olho d'Água dos Coelhos. Nos demais flancos, os limites são traçados por uma sucessão de pequenas retas que cortam o extenso baixio ao norte da serra, reproduzindo, também aqui, limites tradicionais com outras comunidades sertanejas, a saber: com a Baixa das pedras, a oeste e noroeste, com a pequena localidade do Mandacaru e com a recém implantada agrovila "G5" -do projeto de reassentamento "Borda do Lago", da CHESF-, a norte, e, finalmente, com o Salgadinho dos Benícios, a leste.

Recapitulando, são identificados, nesta Terra Indígena, três setores ou áreas que se distinguem em termos da sua caracterização com base nos aspectos tratados nas partes II, III, IV e V acima, e que correspondem às quatro condições constitucionalmente estabelecidas para a caracterização de terras tradicionalmente ocupadas por índios, respectivamente 1 - habitação permanente, 2 - atividades produtivas, 3 - preservação de recursos ambientais e 4 - reprodução física e cultural. Temos, assim, com relação aos setores da Terra Indígena Kantaruré, a seguinte distribuição:

- 1 - aldeias de Batida e Pedras e seus entornos imediatos (cerca de 200 hectares): condições 1, 2 e 4;
- 2 - baixadas ao redor das aldeias e ao norte da Serra Grande (cerca de 700 hectares): condições 2 e 4;
- 3 - sopé, encostas e altos da Serra Grande (cerca de 800 hectares): condições 2, 3 e 4.

Cumprir informar, por fim, que em atenção ao disposto no Artigo Segundo da supra referida Portaria 14/96, contou-se, no atendimento do disposto nas partes de II a V acima, com a participação do grupo indígena envolvido, tendo as suas manifestações correspondido inteiramente ao entendimento técnico aqui formulado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANÔNIMO. 1908 [1749]. "Informação geral da Capitania de Pernambuco". *Annaes da Biblioteca Nacional*, XXVIII, Rio de Janeiro: 1-534.
- BRITO, Maria F. C. 1990. *Relatório de Identificação dos Kantaruré ou Caboclos da Batida*; FUNAI. Recife, ms.
- CALMON, Pedro. 1983 [1939]. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3a. ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia.
- GONÇALVES, Vagner. 1994. "Terras de ocupação tradicional: aspectos práticos da perícia antropológica", in SILVA, Orlando S. et al (Org). *A Perícia Antropológica em Processos Judiciais*. Florianópolis & São Paulo: UFSC, ABA & CPI-SP.
- HOHENTHAL JR., William D. 1960. "As tribos indígenas do baixo e médio São Francisco". in *Revista do Museu Paulista*, N.S. XII, São Paulo: 37-71.
- LEITE, Serafim. 1945. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. II. Rio de Janeiro: INL.
- NANTES, Martinho de. 1979 [1707]. *Relação de uma Missão no Rio São Francisco (Relação Suscita e Sincera da Missão do Padre Martinho de Nantes, Pregador Capuchinho, Missionário Apostólico no Brasil entre os Índios chamados Cariris)*. São Paulo: Nacional.
- NIMUENDAJU, Curt. 1980 [1946]. *Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Circunvizinhas*. Rio de Janeiro: IBGE.
- OLIVEIRA, Carlos E. de. 1943 [1937]. "O Ossuário da Gruta do Padre em Itaparica e Algumas notícias sobre Remanescentes Indígenas no Nordeste". *Boletim do Museu Nacional*, XIV-XVII, Rio de Janeiro: 151-180.
- PINTO, Estêvão. 1958. "Dados históricos e etnológicos sobre os Pankararu de Tacaratu". In *Muxarabis e Balcões e Outros Ensaios*. São Paulo: Nacional: 33-58.
- SAMPAIO, José A. L. 1984. *Pankararé: a construção de uma identidade étnica*; UNICAMP. Campinas, ms.
- SOARES, Carlos A. C. 1976. "Pankararé de Brejo do Burgo: um grupo indígena aculturado". In *Boletim do Museu do Índio*, 6, Rio de Janeiro.

ANEXOS

- 1 - Mapa da Terra Indígena Kantaruré.
- 2 - Memorial Descritivo de Limites da Terra Indígena Kantaruré
- 3 - Portaria 014, de 09 de janeiro de 1996, do Ministério da Justiça.
- 4 - Censo Genealógico dos Kantaruré.
- 5 - Entrevistas.